



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 010/ 2016

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO), Nº 02 (PROPOSTA TÉCNICA) E Nº 03 (PROPOSTA DE PREÇO) até as **09;30 (nove horas e trinta minutos) do dia 07 de fevereiro de 2017**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. O objetivo pretendido é a contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia cartográfica constituídos de: mapeamento planialtimétrico digital urbano e rural, criação e implantação do cadastro técnico municipal georreferenciado, e elaboração de planta de valores genéricos, para a Cidade do Rio Grande, conforme descrito no Anexo I Projeto e demais disposições deste Edital e de seus Anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar desta Concorrência as empresas que satisfaçam as exigências do Edital e da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público;

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência;

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados;

2.2.4. Reunidas em Consórcio ou grupo de firmas;

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;

2.3. Também não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

a) que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

c) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta licitação;

d) cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja familiar (cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, que preste serviços ou desenvolva projeto em Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens; ou convênios e instrumentos equivalentes, conforme Decreto Estadual nº 48.705, de 16 de dezembro de 2011;

e) servidor ou dirigente do Município do Rio Grande.

2.4. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e que pretenderem beneficiar-se nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, separado de qualquer dos envelopes exigidos no item 4., uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo VI deste edital.

2.5. Cada licitante poderá ter somente um representante legal para intervir, quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório. Esse representante deverá estar munido de documento de identidade com fé pública e de procuração com poderes específicos para esse fim (o instrumento desse mandato, devidamente assinado pelo diretor ou responsável legal pela sociedade empresária, com firma reconhecida em cartório), documento este que será apresentado fora dos Envelopes nº 01, nº 02 e nº 03 e juntado aos autos do processo.

2.6. Se o representante for proprietário ou sócio diretor da sociedade empresária, deverá comprovar essa qualidade através da apresentação de documento hábil, que lhe será devolvido.

2.7. É vedada a subcontratação;

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Os envelopes deverão ser entregues separadamente, fechados e indevassáveis, opacos e claramente identificados na sua parte externa e frontal da seguinte forma:

3.1. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e as propostas também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interes-



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

sados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no GCLC - GABEX, situada à Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

INVÓLUCRO 01: CONCORRÊNCIA Nº 010/16
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SERVIÇO DE GEOPROCESSAMENTO.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

INVÓLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 010/16
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SERVIÇO DE GEOPROCESSAMENTO.
PROPOSTA TÉCNICA
PROPONENTE:

INVÓLUCRO Nº 03: CONCORRÊNCIA Nº 010/16
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SERVIÇO DE GEOPROCESSAMENTO.
PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE:

3.2. A entrega dos envelopes implica a plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual.

4.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir:

4.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

4.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede;

4.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.2.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.5- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.

4.2.6 – Será aceito em substituição ao solicitado nos Itens 4.2.4. e 4.2.5 Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.2.7 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.8 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

4.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último o exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

4.3.1.1. Poderá ser apresentado em substituição ao exigido no Item 4.4.1. escrituração contábil digital – SPED conforme Decreto 8.683/25/02/2016, e deverá obrigatoriamente conter o que segue:

- a) Termo de Autenticação com identificação do Atenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil)
- b) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED Contábil)
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED Contábil)
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED Contábil)
- e) Campo J800 com as notas explicativas

4.3.1.2. Para Sociedade Limitada poderá ser apresentada cópia autenticada da publicação em diário oficial das demonstrações contábeis (letras “c”, “d” e “e”) em substituição ao SPED Contábil (letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”).

4.3.2. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de liquidez e pelo Patrimônio Líquido, conforme os seguintes critérios:

Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser maiores que 1,00, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

4.3.2.1. Os índices devem ser calculados e assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

4.3.3. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta

4.3.4. Prova de que possui patrimônio líquido de valor correspondente a 10% (dez por cento) do total cotado, de acordo com os §§ 2.º e 3.º do art. 31 da Lei de Licitações;

4.3.4.1. O valor a que se refere o Item 4.4.4. é 10% (dez por cento) do montante dos valores propostos pela empresa licitante com base nos valores do último lance ofertado.

4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

A habilitação técnica será dividida em duas partes: a) capacidade técnico-operacional das empresas; b) capacidade técnico-profissional dos profissionais ou responsáveis técnicos. A comprovação da capacidade será realizada com a entrega dos documentos previstos nos itens abaixo:

4.4.1. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

4.4.1.1. Registro da empresa no respectivo Conselho.

4.4.1.2. Um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do desempenho de atividade pertinente da empresa, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome da empresa e devidamente registrado no Conselho competente.

4.4.2. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

4.4.2.1. Atestado(s) fornecido(s), por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente atestado por Conselho competente, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, que será o Responsável Técnico pelos serviços, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços de complexidade tecnológica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. Será exigido prova de vínculo do profissional acima descrito com a empresa declarada vencedora no ato da assinatura do contrato

4.4.2.2. No caso de substituição de profissional durante a execução do projeto, o novo contratado responsável deverá possuir acervo técnico equivalente ao utilizado neste Processo Licitatório.

4.4.2.3. Atestado de Visita Técnica em que fique claro que a empresa licitante visitou o local dos serviços e tem pleno conhecimento de todos os serviços licitados, em papel timbrado da Secretaria de Município da Fazenda - SMF, assinado por servidor autorizado por esta.

4.4.2.4. As visitas deverão ser agendadas com antecedência até 02 (dois) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura dos envelopes através do Telefone (53) 3233.8436, ou diretamente no endereço Largo João Fernandes Moreira, s/nº, Centro, Nesta..

4.5. - DECLARAÇÕES

4.5.1. Declaração formal de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do Anexo V, firmada pelo representante legal ou por procurador da licitante.

4.5.2. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, peri-



Estado do Rio Grande do Sul **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

goso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Modelo Anexo III.

4.5.3. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme Modelo Anexo IV.

4.5.4 - Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal Modelo Anexo VII.

4.6. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via,

- a) em original (não serão devolvidos)
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro (a), por membro da Comissão,
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial,
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível.
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.7 Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

4.8 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

4.9. Para fins de credenciamento dos representantes às sessões licitatórias, deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitações, em original ou cópia autenticada, fora dos envelopes: (a) AUTORIZAÇÃO, (b) ou procuração pela qual o licitante habilita seu representante com plenos poderes de decisão, inclusive para renunciar ao direito de interposição de recursos; (c) ou documento legal que comprove ser o participante sócio da licitante, com poderes para representá-la. O sócio do licitante deverá comprovar que tem legitimidade para representá-lo.

5. DA PROPOSTA TÉCNICA

5.1. O Envelope nº 02 deverá conter a proposta técnica, que deverá ser elaborada e conter os documentos conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência, Item 08.

5.2. A proposta técnica deverá ser apresentada em 01 via, redigida com clareza, de forma que não dificulte o seu preciso entendimento, sem emendas, acréscimos, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração e não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, acompanhada de todos os documentos e atestados que deverão ser apresentados com vistas à sua pontuação.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

5.3. Todas as páginas da proposta técnica deverão estar numeradas e rubricadas, sendo que a última deverá estar assinada pelo representante legal ou procurador da licitante.

5.4. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e autenticados pelo Consulado.

6. DA PROPOSTA DE PREÇO

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

6.1. Proposta comercial indicando o valor global, em algarismos, de forma clara e precisa, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, assinada pelo licitante e por técnico legalmente habilitado, sem emendas e rasuras, devendo obrigatoriamente conter o que segue:

6.1.1. Planilha Orçamentária indicando os valores unitários e totais de cada serviço.

6.1.2. Cronograma físico-financeiro, em parcelas mensais que deverá ser apresentado conforme sugerido em anexo, obedecendo aos seus limites na primeira medição e na última, assinado também por técnico habilitado como responsável técnico.

6.2. A proposta deverá apresentar preço global, pelo lote único, sendo vedada imposição de condições ou opções. Somente serão admitidas propostas que ofereçam apenas um preço.

6.3. O preço global proposto deverá atender à totalidade dos itens e da quantidade exigidos pelo lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

6.4. Deverá acompanhar a Proposta Declaração onde fique clara a autorização do responsável técnico de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos.

6.4.1. A Declaração que se refere o Item 6.4. deverá conter: Nome completo do Responsável Técnico, sem abreviaturas, nº da Cédula de Identidade, nº CPF, assinatura do responsável legalmente habilitado, Carimbo da empresa com CNPJ e data.

6.5. Deverá constar na proposta dados bancários, telefone e e-mail da empresa licitante.

6.6. Declaração de Validade da Proposta – declaração da licitante de que sua proposta de preço vigorará pelo prazo mínimo de 60 dias, a contar da data marcada para a entrega dos Envelopes.

6.7. Todos os documentos apresentados deverão estar assinados pela licitante, por seu representante legal ou procurador.

7. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO, DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DO DESEMPATE.

7.1. DO RECEBIMENTO



Estado do Rio Grande do Sul **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

7.1.1. O invólucro, na forma deste Edital, será recebido até às **09:00 horas do dia 07 de fevereiro de 2017** no GCLC, situada à Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

7.1.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital.

7.2. DA ABERTURA

7.2.1. A abertura das propostas será realizada **às 09:30 hs** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

7.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

7.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

7.2.3. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

- a) abertura dos envelopes contendo os documentos relativos à habilitação das licitantes, e sua apreciação;
- b) devolução dos envelopes fechados às licitantes inabilitadas, contendo as respectivas propostas técnicas e de preço, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
- c) suspensão da sessão para análise de documentos relativos a Qualificação Econômico Financeiro e Técnico
- d) reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase da habilitação;
- e) repasse dos envelopes contendo as propostas técnicas das licitantes habilitadas para a Comissão Especial Técnica, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- f) suspensão da sessão para análise, pontuação e julgamento das propostas técnicas pela CET, conforme previsto neste Edital em seu Anexo I;
- g) reabertura da sessão para divulgação do resultado de análise de Proposta Técnica
- h) devolução dos envelopes fechados às licitantes que tiverem as suas propostas técnicas desclassificadas, contendo as respectivas propostas de preço, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
- i) abertura dos envelopes contendo as propostas de preço das licitantes habilitadas e com as suas propostas técnicas classificadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

j) verificação da conformidade de cada proposta de preço com os requisitos do Edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

k) julgamento da proposta de preços e classificação final das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes do Edital;

l) publicação do resultado final;

m) deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

7.2.2. Todos os documentos e propostas serão rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitações;

7.2.4. É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

7.3. DO JULGAMENTO

7.3.1. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão julgadas pelo **critério de Técnica e Preço**, obedecendo ao procedimento estabelecido no § 2º e, especialmente, § 1º, inc. I, do art. 46 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, e ao que segue:

7.3.2. A análise e a pontuação das propostas técnicas, que terão **peso 07**, serão realizadas de acordo com os Critérios descritos no Anexo I – Termo de Referência.

7.3.3. A análise e a pontuação das propostas de preço, que terão **peso 03**, serão realizadas de acordo com os Critérios descritos no Anexo I – Termo de Referência.

7.3.4. **A licitante vencedora será aquela que obtiver a maior Valor de Avaliação - VA**, que será dada pela soma da Nota Final da Proposta Técnica – NF multiplicada pelo peso 07 com a Nota da Proposta de Preço – IP multiplicada pelo peso 03, dividida por 10, conforme segue:

$$VA = \frac{(NF \times 07) + (IP \times 03)}{10}$$

Onde:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

VA = Valor de Avaliação;

NF = Nota Final da Proposta Técnica;

IP = Índice de Preço da Proposta de Preço.

7.3.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes; e

7.3.6. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

7.4. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.4.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do protocolo geral do Gabinete de Compras e Licitações Públicas do Rio Grande, no horário das 09;30 hs às 14;30 hs;

7.4.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

7.4.3. Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, nos prazos previstos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo o mesmo ser protocolado Gabinete de Compras e Licitações Públicas do Rio Grande, com observância do horário acima mencionado;

7.4.4. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;

7.4.5. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela Comissão Especial de Licitação;

7.4.6. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;

7.4.7. A licitante que injustificadamente recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;

7.5. DO DESEMPATE



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

7.5.1. No caso de empate na Pontuação Final (PF) entre duas ou mais propostas, será declarada vencedora a licitante que tiver obtido a maior Nota da Proposta Técnica. Se o empate persistir, o desempate ocorrerá por sorteio.

7.5.2. O desempate por sorteio será realizado em sessão pública, da qual será lavrada ata circunstanciada.

7.6. DA HOMOLOGAÇÃO

7.6.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a firma que atingir a maior pontuação, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

7.6.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 6.1.4, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

8.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 08 (oito) meses, podendo ser renovado por igual período a critério da contratante.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 anos;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.4. As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais, que em razão dos contratos regidos por esta Lei tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.5. A multa prevista no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 será aplicada conforme Minuta de Contrato - Anexo II deste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

9. DA RESCISÃO

9.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

9.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

9.1.2. Constituirá motivo para rescisão do contrato o não cumprimento de cláusulas contratuais.

10. DA GARANTIA

10.1. A título de garantia, a Contratada deverá depositar 5% (cinco por cento) do valor do contrato que poderá ser através de caução em dinheiro, em títulos de dívida pública ou fidejussória, fiança bancária, ou ainda seguro de término de obra contratado com seguradoras ou instituições financeiras, a qual será devolvida após o recebimento provisório da obra.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após a protocolização da nota fiscal ou nota fiscal-fatura. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida, também, certidão negativa relativa à regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial do licitante.

11.2. A protocolização somente poderá ser feita após a conclusão e liberação da etapa do serviço, conforme cronograma físico-financeiro, por parte do órgão fiscalizador competente.

11.3. A liberação das faturas de pagamento por parte do Município fica condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, de documentação fiscal correspondente à aquisição de bens e serviços relativos à execução do contrato, cujo prazo para dita exibição não deverá exceder a 30 dias contados da data de suas emissões.

11.4. Haverá a retenção de todos os tributos nos quais a CONTRATANTE seja responsável tributário.

11.5. O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra, especializada ou não, leis sociais, seguros, administração, lucros, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

11.6. A CONTRATANTE poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas ou contratuais.

12. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução de todas as etapas deste Contrato serão de responsabilidade de técnicos designados pela CONTRATANTE, conforme disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. O objeto do Contrato oriundo do presente Processo Licitatório, se estiver de acordo com as especificações do Edital, das propostas técnicas de preços apresentadas pela CONTRATADA e deste instrumento, será recebido:

12.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 dias; e

12.2.2. Definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria de até 90 dias, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

13. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

13.1 Dos Direitos;

13.1.1. da CONTRATANTE: receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas;

13.1.2. da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados;

13.2. Das Obrigações:

13.2.1. da CONTRATANTE:

13.2.1.1. efetuar o pagamento ajustado; e

13.2.1.2. dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

13.2.1.3. fiscalizar a execução deste Contrato conforme disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93; e

13.2.2. da CONTRATADA:

13.2.2.1. prestar os serviços na forma ajustada;

13.2.2.2. atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

13.2.2.2.1. A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu paga-



Estado do Rio Grande do Sul **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

mento, nem onera o objeto do Contrato ou restringe a regularização e o uso dos produtos objeto deste Contrato;

13.2.2.3. manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.2.4. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% do valor inicial atualizado do Contrato;

13.2.2.5. apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente Contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

13.2.2.6. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluído ou reduzido essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

13.2.2.7. atender integralmente ao Edital, Anexos e Contrato.

13.2.2.8. elaborar os estudos e coordenar os trabalhos por profissionais habilitados e especializados, os quais deverão ser os mesmos indicados pela CONTRATADA como integrantes de sua Equipe Técnica Mínima, admitida a sua substituição somente nas condições previstas no Edital e Contrato, sob pena dos serviços serem recusados e de serem aplicadas as sanções administrativas previstas.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O Edital e Anexos se encontram a disposição dos interessados, na Rua General Baccelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, sendo estas cópias por conta dos participantes ou através do site www.riogrande.rs.gov.br – Portal Transparência.

14.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no GCLC (fone 3233.8417), até 24 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

14.3. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Contrato;

Anexo III – Modelo de Declaração de Não Emprego de Menores;

Anexo IV – Declaração de Fato Impeditivo;

Anexo V – Declaração de Recebimento de Documentos e Conhecimento;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

Anexo VI – Declaração de enquadramento em ME/EPP;

Anexo VII – Modelo de Declaração de não emprego de Funcionário Público Municipal

14.4. Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste edital e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

14.5. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta à presente Concorrência.

14.6. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado.

14.7. A simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas no edital.

14.8. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05(cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.9. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, e entregues protocolados dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações, na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Rio Grande/RS.

14.10. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

14.11. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

14.13. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.

14.14. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 14 de dezembro de 2016.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.